

**ATA N.º 13/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2015.** -----

Aos seis dias do mês de julho de dois mil e quinze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, presidida pelo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira e João Pedro da Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e Francisco José Saturnino Cunha (Todos Por Alpiarça-PPD/PSD-MPT). -----

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Maria do Céu Rodrigues Augusto, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior.-----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram 15 horas e 10 minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos:-----

MOVIMENTO DE FUNDOS-----

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 03 de julho de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de 204.109,49 €.-----

ATAS:-----

O Senhor Presidente informou que não foram apresentadas atas por um problema logístico. Informou ainda que, sobre as atas em atraso, ainda está uma em falta e propõe fazer uma reunião extraordinária para serem aprovadas, em data a combinar.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente deu início a este período.-----

O Vereador Pedro Gaspar cumprimentou os presentes, aludiu sobre as atas em atraso e demonstra o seu desagrado.-----

Questiona sobre a mudança de designação da Casa Museu dos Patudos, porquê a menção “Museu de Alpiarça”, segundo a sua opinião não é correta pois o Museu não é só sobre Alpiarça. Também refere que, relativamente ao horário de funcionamento, existe uma discrepância entre o que está afixado no local e o que está publicitado no site do Município. Expressa o seu desagrado relativamente a uma placa que indica o local de entrada que diz ser inestética e desnecessária. Por fim refere-se à videira junto do muro que não teve o crescimento esperado, estando o muro ainda bastante descoberto. O Senhor Presidente responde ao Senhor Vereador Pedro Gaspar: a designação atual da Casa Museu dos Patudos vem do executivo anterior. Quanto ao horário, ainda

não se tinha apercebido, agradece a chamada de atenção e vai tomar providências no sentido de retificar a situação. Sobre placa, afirma que é pertinente e dá-lhe razão. Em relação à vinha, era previsto que crescesse, mas isso ainda não aconteceu, contudo é expectável que o crescimento venha a acontecer, cobrindo o muro por completo.-----

-Em relação ao Parque de Campismo, menciona a degradação da vedação que diz estar podre e não garante a segurança e pergunta se existe algum plano para a recuperação do referido parque. O Senhor Presidente responde que sobre esse assunto, não sabe se a manutenção da vedação está incluída no caderno de encargos da concessão e irá verificar isso. Declara que está marcada uma reunião com a concessionária e, este e outros assuntos serão abordados.-----

Em relação à eficiência energética, pergunta se existem medidas e concurso que visem a poupança de energia elétrica. O Senhor Presidente responde que: através da CIMLT, estão a preparar-se candidaturas aos fundos comunitários nessa área e há intenção de avançar nesta área, tanto na iluminação pública como para as instalações municipais.-----

Expõe a questão da lavagem dos contentores na via pública, que os trabalhadores não envergam equipamentos de proteção (máscaras, luvas, etc), e pergunta qual a razão da presença do Senhor Presidente naquela ação, nomeadamente o seu aparecimento em fotografias. O Senhor Presidente afirma não querer responder a provocações sobre a sua exposição nas imagens. A sua intenção foi dar visibilidade a um trabalho que está a ser desenvolvido. O Senhor Vereador Carlos Jorge faz uma explicação pormenorizada acerca de como se processa a tarefa. Também afirma que a operação é efetuada no local, porque não faria sentido deslocar os contentores.-----

Relativamente à manutenção do Parque D. Dion, questiona de quem é a responsabilidade da limpeza do lago, que está “num estado lastimoso”, se é da Câmara ou da Junta de Freguesia. O Senhor Presidente responde que parece-lhe estar em condições e a responsabilidade é da Junta de Freguesia. Vai fazer chegar a informação da falta de limpeza à edilidade.-----

Refere-se ao comunicado sobre a Barragem, em que é publicitado que está a tratar do assunto à dois anos. No entanto, afirma que a situação foi denunciada pela própria CDU em 2008. Chegou ao poder em 2009, e esteve até 2013 sem fazer nada. Demonstra desagrado a promoção dos desportos náuticos na Barragem, pois a água é “potencialmente perigosos” e a “desculpa da oxigenação é ridícula”; os repuxos não têm a utilidade expectável e são uma despesa acrescida em termos de gastos em energia elétrica. O Senhor Presidente responde afirmando que esse comunicado foi feito quando se pensou ser conveniente, diz que o documento diz apenas a

verdade. A intenção é informar a população.-----

Sobre a Assembleia Municipal, perturba-o o facto de o Senhor Presidente ter dito que a informação que é enviada aos deputados, não vai completa, é seleccionada. Afirma que a Lei é clara e obriga à transmissão de todos os elementos informativos. Solicita esclarecimentos sobre essa declaração.-----

O Senhor Vereador Francisco Cunha – refere que as atas continuam em situação de atraso. Demonstra desagrado em relação ao “tempo para falar”, que afirma ser curto.-----

Acerca das Senhas de Presença dos vereadores, pergunta porque é que vereadores da oposição só recebem no mês seguinte: “não é uma questão de dinheiro, mas sim uma questão de método”. Responde o Senhor Vereador João Pedro Arraiolos que pondera passar a processar o pagamento de outra forma, alegando que nunca tinha sido levantada a questão, mas poderá afetar-se de outra forma.-----

Refere-se ao médico de medicinas alternativas que está em Alpiarça e solicita explicações sobre o investimento no médico, como foi o processo da sua contratação. O Senhor Presidente afirma que houve um protocolo que foi votado em reunião de Câmara.-----

Quanto à barragem, também tece considerações sobre o assunto: o comunicado, que omite algumas coisas e na sua opinião também faltou à verdade; que os problemas eram conhecidos e que durante muito tempo os continuou a negar; diz que é “uma incompetência quase criminosa”; Pergunta para “que servem afinal os Verdes neste Partido”. Dá os parabéns pelo esforço de limpar a Barragem. Afirma que os repuxos são perigosos porque os aerossóis transmitem bactérias e que não servem para nada e que a água à superfície já é oxigenada pelo ar, sendo que o problema é o fundo da barragem. Dá sugestões em nome do TPA, para resolver o problema da Barragem: atribuir o projeto a um vereador que ficaria responsável por todo o processo, teria de prestar contas mensalmente das contas, custos e avanços dos trabalhos; desligar os repuxos, colocação de avisos para que as pessoas não entrassem em contacto com a água, nem se alimentassem os peixes nem os patos; não permitir a presença de cães porque estes entram dentro da água; criar um plano de trabalho com a ARH Tejo para desenvolver um plano de ação imediato; eventual redução de peixes na Barragem;-----

Relativamente à Assembleia Municipal, sente-se discriminado ao facto de não poder falar à vontade sobre os assuntos; fala dos legados e da discrepância de bens legados à Câmara e dos ainda existentes. O Senhor Presidente afirma não ter desaparecido nada dos Legados.-----

Sobre o passivo atesta que a partir de 2010, nunca baixou dos 20 milhões, que desde que o Senhor Presidente tomou em 2009 posse, dispararam os resultados líquidos negativos de Alpiarça. O Senhor Presidente, em relação à dívida, refere que o assunto já foi debatido. Sustenta que tem vindo progressivamente melhorada. O Senhor Vereador João Pedro Arraiolos, diz que “não há honestidade intelectual para abordar este assunto” porque não sabe quem elaborou o documento, apresentado pelo TPA – Todos por Alpiarça; diz que são avaliados os valores que não são corretos.

-Qual foi a intenção de ter dito na última reunião, que a Câmara não pode absorver o pessoal da AgroAlpiarça, se existe intenção de acabar com a Cooperativa ao que o Senhor Presidente respondeu que a sua afirmação era uma resposta a um Município no “período do público”.-----

-Também questiona sobre qual é o impedimento legal de um vereador de não poder ver os contratos de arrendamento e recibos da AgroAlpiarça.-----

Intervalo.-----

Ordem do dia-----

Ponto 1 – Município de Pedrogão Grande – Freguesia da Graça – Pedrogão Grande-----

Agradecimento.-----

Para conhecimento.-----

Tomou-se conhecimento.-----

Ponto 2 – Centro Popular de Cultural de Cultura e Recreio do Casalinho-----

Solicita Licença especial de ruído, para um evento a realizar, no recinto de Festas do Casalinho, no período compreendido entre as 13h do dia 03 de julho e as 18 h do dia 05 de julho de 2015.---

Para ratificação.-----

Aprovado por maioria com a abstenção do Vereador Francisco Cunha.-----

Ponto 3 – Proposta para a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso plurianual e autorização para abertura de procedimento com a aquisição de energia elétrica para instalações alimentadas em BTN (baixa tensão normal), BTE (baixa tensão especial) e MT (média tensão).-----

Município de Alpiarça – Senhor Presidente – Remeter à A.M.-----

Para deliberação-----

O Vereador Pedro Gaspar questionou sobre se o Município tem necessidade de MT e porque razão se faz um concurso para esta potência energética. Foi respondido pelo Engenheiro Portugal, que é um modelo da CIMLT. Vereador Pedro Gaspar questionou também porque razão se evoca o

Decreto-Lei 197/99, uma vez que foi revogado, referindo que tem dúvidas sobre o enquadramento jurídico. O Senhor Vereador João Pedro Arraiolos responde que ao Artº 22 do referido Decreto-Lei, não foi revogado, estando por isso em vigor. O Senhor Vereador Pedro Gaspar insiste na questão da extinção do Decreto-Lei, ao que o Senhor Presidente declara que, as questões legais dos concursos são asseguradas pelo Gabinete Jurídico, pelo que faz fé de que esteja tudo correto. -----

O Vereador Francisco Cunha pede esclarecimentos sobre os trâmites do concurso, qual a razão de ser efetuado pela Comunidade Intermunicipal, questionando os valores e a entidade fornecedora. Afirma que é uma forma abstrata pois não se sabe quem são os concorrentes e que se transmite para a Comunidade Intermunicipal o poder de realizar o contrato. Foi esclarecido pelo Senhor Presidente da forma de elaboração do concurso e afirma que o processo é apenas uma proposta para concurso, neste caso de fornecimento de energia elétrica e que é a Assembleia Municipal tem que autorizar o compromisso plurianual e abertura do concurso.-----

Aprovado por maioria com a abstenção dos Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha.-----
Remeter a Assembleia Municipal.-----

Ponto 4 – Proposta para a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso plurianual e autorização para abertura de procedimento com a aquisição de combustíveis rodoviários e lubrificantes. Município de Alpiarça – Senhor Presidente – Remeter à A. M. Para deliberação.-----

O Senhor Vereador Pedro Gaspar pergunta qual a base de cálculo para o efetuar este concurso, porque os combustíveis têm grandes oscilações nos preços no mercado, nomeadamente as variações do preço de venda do barril do petróleo. Responde JPA diz que é com base no histórico dos últimos anos, tem que se salvaguardar cabimento no caso de extraploamento de preço. Diz que seria mais rigoroso se usasse por base os valores da inflação da Zona Euro.-----

Aprovado por maioria com a abstenção dos Vereadores Pedro Gaspar e Francisco Cunha.-----
Remeter a Assembleia Municipal.-----

Ponto 5 – Proposta para celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município de Alpiarça e a entidade “EUROSISTRA PORTUGAL, LDA”. Município de Alpiarça – Senhor Presidente -----

O Senhor Vereador Carlos Jorge Pereira explica o âmbito do protocolo, que visa uma política ambiental promovendo que os resíduos nocivos resultantes de um qualquer sinistro, sejam tratados de forma adequada e promover a qualidade do ambiente.-----

O Senhor Vereador Francisco Cunha questiona a empresa, porque não conhece a sua experiência

na área. Se quando há acidente a empresa compromete-se a limpar a zona em 30 minutos, pergunta quem faz este trabalho agora e qual a opinião do Conselho Municipal de Segurança e da Proteção Civil sobre o assunto; porque não transferir essa tarefa os bombeiros; quem paga à Empresa uma vez que não é a Câmara; qual a estimativa de custos e como tem sido feito até agora a limpeza do local de acidente.-----

O Senhor Vereador Pedro Gaspar, diz que o protocolo “é peregrino” porque se está a transferir uma responsabilidade que até agora era dos bombeiros. Isto tem mais enfoque nas contrapartidas que a empresa tem por parte das seguradoras do que propriamente com questões ambientais; qual o motivo de ser a empresa a captar receita e não serem os bombeiros; porque se chama protocolo e não contrato. O Senhor Presidente responde que, como não envolve verbas, chama-se protocolo.-----

O Senhor Vereador Carlos Jorge Pereira retorquiu que texto do protocolo é bastante esclarecedor, que os custos até agora são suportadas pela Câmara e que assim passam para as Companhias de seguro, não havendo assim dispêndio de verbas por parte da autarquia.-----

O Senhor Presidente reforça que o prazo do protocolo é de um ano, podendo ser renovado ou denunciado, e que tem um carácter experimental.-----

O Senhor Vereador Francisco Cunha, insiste que lhe respondam porque não houve parecer do Conselho Municipal de Segurança e da Proteção Civil porque não dar formação ao bombeiros para fazer este trabalho e ficar com as receitas?-----

O Senhor Presidente, responde que o corpo de bombeiros não tem efetivos suficientes para eles poderem também para fazer este trabalho.-----

Aprovado por maioria com a abstenção do Vereador Pedro Gaspar.-----

Ponto 6 – Proposta de subsídio no valor de 615 € para edição de cadernos culturais, no âmbito da coleção da A.I.D.I.A. Município de Alpiarça – Proposta nº 24/2015/VJPA. Para deliberação.-----

O Senhor Vereador João Pedro Arraiolos explica que o apoio tem como objetivo o apoio à continuação do trabalho feito pela A.I.D.I.A., e destina-se à edição de três cadernos culturais.-----

O Senhor Vereador Pedro Gaspar pede esclarecimento sobre se é apoiada a edição ou a aquisição. A dúvida é reforçada pelo Senhor Vereador Francisco Cunha.-----

O Senhor Vereador João Pedro Arraiolos responde que diz que é um apoio com a contrapartida de entrega de alguns exemplares que serão utilizados para reforçar o acervo da Biblioteca, e que também se destinarão a ser ofertados a entidades visitantes da Alpiarça.-----

O Senhor Vereador Francisco Cunha refere se existirá algum volume dedicado ao melão Manuel António. O Senhor Presidente responde que já foi feito.-----

Aprovado por unanimidade.-----

Ponto 7 – Projeto de resolução do PCP: recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação de Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública. Grupo Parlamentar do PCP. Para Conhecimento.-----

Deu-se conhecimento.-----

ADENDA À 13ª REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA-----

PONTO 1 – Proposta de Normas, Edital e Ficha de Inscrição para 33ª Alpiagra, entre os dias 5 e 13 de setembro de 2015. Município de Alpiarça – Proposta nº 3/2015/VCJP. Deliberação:-----

Aprovado por maioria com a abstenção dos Vereadores Pedro Gaspar.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Havendo público na sala, foram abertas as inscrições.-----

Inscreveu-se o munícipe Eduardo Costa.-----

Referiu-se à Assembleia Municipal, onde foi falada uma proposta sobre a dinamização do turismo.

Pergunta quando será avaliada a integração de promoção turística no site Nersant. O Senhor Presidente responde que não viu nenhuma proposta na AM pelo PS. Em questão do site da Nersant, a publicitação é quase exclusiva de entidades privadas. A Câmara tem outros meios para divulgar Alpiarça, onde é promovida a oferta turística; a Nersant não é a única via.-----

Sobre o Comunicado referente à Barragem, demonstra o seu desagrado pelo comunicado não estar na caixa de correio e apenas estava no site de Câmara. Também afirma que o comunicado está incompleto; tem muitas lacunas e omite muita da verdade às pessoas. O Senhor Presidente responde que a população é sempre informada, por muitas vias. O referido documento também vai sair em papel e vai ser difundido pela população. O Senhor Presidente sugere cuidado na menção de que alguém ficou doente devido à água da Barragem, perguntando em que dados se baseiam para fazer tal afirmação.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo sr. Presidente, eram dezanove horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata, foi aprovada em minuta, por unanimidade. -----

E eu, Maria do Céu Augusto, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----